



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
SECRETARIA-GERAL

RESOLUÇÃO N.º 006/2009-TJ, DE 01 DE ABRIL DE 2009.

Regulamenta a progressão por titulação dos servidores do Poder Judiciário prevista no Anexo III da Lei Complementar n.º 242, de 10 de julho de 2002, alterado pela Lei Complementar Estadual n.º 372, de 19 de novembro de 2008 e dá outras providências.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o que foi decidido na Sessão Plenária do dia 01 de abril de 2009,

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação do Anexo III do Plano de Cargos e Vencimentos dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte, utilizado pela LCE n.º 372/2008 como parâmetro para o reconhecimento da progressão funcional por titulação e qualificação;

RESOLVE regulamentar os cursos que poderão ser enquadrados para efeito de progressão horizontal por titulação, nos seguintes termos:

Art. 1.º. A progressão funcional é a passagem do servidor de um padrão para outro imediatamente subsequente dentro da mesma carreira, observado o disposto no Anexo III da Lei Complementar n.º 372/2008.

Art. 2.º. A aprovação dos títulos fica vinculada à conclusão de cursos em áreas de estudo diretamente relacionadas com o cargo e atividades do servidor.

I - As áreas de interesse do Poder Judiciário Estadual são as necessárias ao cumprimento de sua missão institucional, relacionadas aos serviços de processamento de feitos; execução de mandados; análise e pesquisa de legislação, doutrina e jurisprudência nos vários ramos do Direito; estudo e pesquisa do sistema judiciário brasileiro; organização e funcionamento dos ofícios judiciais e as inovações tecnológicas introduzidas; elaboração de

pareceres jurídicos; redação; gestão estratégica de pessoas, de processos e da informação; material e patrimônio; licitações e contratos; orçamento e finanças; controle interno; segurança; transporte; tecnologia da informação; comunicação; saúde; engenharia; arquitetura, além dos vinculados a especialidades peculiares a cada órgão do Poder Judiciário Estadual, bem como aquelas que venham a surgir no interesse do serviço.

II - Para os servidores que, por necessidade do serviço, exerçam atribuições atípicas, distintas das do seu cargo efetivo, bastará a comprovação de que o título apresentado relaciona-se diretamente com as suas atividades.

III - Os certificados somente serão validados se comprovadamente expedidos por instituições de ensino, públicas ou privadas, autorizadas e reconhecidas pelo MEC, devendo conter o carimbo de registro no verso ou os respectivos conteúdos programáticos e cargas horárias.

Parágrafo único. Será exigida, em todas as hipóteses de reconhecimento, a comprovação da carga horária mínima de 300 (trezentas) horas, com a discriminação dos respectivos conteúdos programáticos.

Art 3º. Consideram-se como de aperfeiçoamento aqueles cursos que satisfaçam as exigências do art. 2º e sejam destinados a atualizar, melhorar conhecimentos e técnicas de trabalho.

§1º. Estão enquadrados neste conceito os Certificados de conclusão dos Cursos de Preparação às Carreiras da Magistratura e do Ministério Público.

§2º – Considerar-se-á como aperfeiçoamento os diplomas de graduação que cumpram todas as exigências descritas no artigo 2º e não se enquadrem na exceção prevista no inciso I do art. 7º desta Resolução.

Art. 4º . Será permitido o fracionamento somente para os cursos de capacitação promovidos pelo próprio Tribunal de Justiça, através do Projeto Desenvolver e da Escola da Magistratura.

Parágrafo único – Para que o servidor progrida 01 (um) padrão, a soma da carga horária dos cursos a que se refere o *caput* deste artigo deverá ser igual ou superior a 360 (trezentos e sessenta) horas aula, no caso dos cursos promovidos pelo Projeto Desenvolver e para àqueles realizados pela Escola da Magistratura.

Art 5º. Os títulos da mesma natureza só poderão ser aproveitados para a progressão até o limite de 02 (dois).

Art. 6º. A soma dos títulos para progressão funcional dos servidores situados nas classes C e D não poderá ultrapassar o limite máximo de 02 (dois) padrões de uma só vez.

Art. 7º. Não se enquadram na definição de aperfeiçoamento para fins de progressão:

I - o diploma que constitui requisito para o ingresso no cargo;

II - a simples nomeação para cargo público;

III – reuniões de trabalho e participação em comissões ou similares;

IV – mera elaboração de monografia ou qualquer Trabalho destinado à Conclusão de Cursos de nível superior ou de especialização, de dissertação para mestrado e de tese para doutorado;

V – curso de formação;

VI – curso preparatório para concursos;

VII – curso de língua estrangeira;

Art. 8º. Os efeitos financeiros dos processos administrativos que tratam da matéria especificada nesta Resolução, havendo a concessão do direito, retroagirão à data do protocolo.

Art. 9º. Caberá à Comissão de Avaliação dos Processos relacionados ao plano de carreira emitir decisão fundamentada sobre o pedido de progressão, sujeita à homologação do Desembargador Presidente do TJ/RN, cabendo pedido de reconsideração junto a mesma Comissão no prazo de 10 (dez) dias a partir da notificação do parecer denegatório, podendo tal requerimento ser embasado em fundamentos e/ou documentos novos, aplicando-se, no caso de provimento da reconsideração, o disposto no artigo anterior.

Parágrafo único. Caso não seja reconsiderado o pedido, caberá recurso administrativo ao Plenário do Tribunal de Justiça que decidirá definitivamente o requerimento. Em caso de provimento do recurso, aplicar-se-á o disposto no art. 8º desta Resolução.

Art. 10. Os demais cursos mencionados na tabela de incentivo à titulação do anexo III para as carreiras de nível básico e nível médio só serão considerados válidos se satisfizerem todos os requisitos possíveis desta Resolução.

Art. 11. Ficam mantidas as progressões funcionais anteriores.

Art. 12. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões do Tribunal Pleno, “Desembargador João Vicente da Costa”, em Natal, 01 de abril de 2009.

DES. RAFAEL GODEIRO
PRESIDENTE

DESª. CÉLIA SMITH
VICE-PRESIDENTE

DES. CAIO ALENCAR

DES. ARMANDO FERREIRA

DES. AMAURY MOURA

DES. OSVALDO CRUZ

DESª JUDITE NUNES

DES. ADERSON SILVINO

DES. CRISTÓVAM PRAXEDES

DR. JOSÉ HERVAL SAMPAIO JÚNIOR
JUIZ CONVOCADO

DES. JOÃO REBOUÇAS

DES. VIVALDO PINHEIRO

DES. SARAIVA SOBRINHO

DES. AMILCAR MAIA